

ARTIGO CIENTÍFICO

COMUNIDADE DE PRÁTICA, COMPARTILHAMENTOS E APRENDIZADOS: APROXIMAÇÕES DESDE A REDE SERGIPANA DE AGROECOLOGIA

Tanise Pedron da Silva¹, Flávia Charão-Marquês²

Resumo: A facilitação do compartilhamento de experiências entre agricultores, e entre eles e outros atores faz parte dos princípios fundamentais do trabalho em agroecologia. Isto instiga a busca de abordagens e metodologias que melhor conduzam a análise de processos relacionados ao conhecimento desde uma perspectiva que promova a interação entre atores e as organizações envolvidas. A utilização da perspectiva das Comunidades de Práticas (CdP) surge como um caminho que permite analisar a aprendizagem a partir da observação e registro das trocas e compartilhamentos de conhecimento e experiência, nos quais as pessoas ampliam suas capacidades ao interagir entre si. A partir de uma metodologia qualitativa que envolveu entrevistas em profundidade e observação participante, este trabalho analisa alguns processos de aprendizagem desenvolvidos pela Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA), identificando elementos que caracterizam Comunidades de Práticas, de modo a avaliar o potencial desta abordagem para a construção do conhecimento. Os engajamentos políticos e as participações diretas das pessoas em atividades relacionadas à promoção da agroecologia estão correlacionadas ao processo de aprendizagem individual e à organização social para interferir em cursos de ação, como no caso das Leis Estaduais para Sementes Crioulas e para Agroecologia em Sergipe. O entendimento da trajetória da RESEA como formação de uma CdP, finalmente, aponta para processos de aprendizagens relacionados à dinâmica de ações coletivas.

Palavras-chave: Conhecimento. Ação coletiva. Participação. Construcionismo

COMMUNITY OF PRACTICE, SHARING AND LEARNING: APPROACHES FROM THE *SERGIPANA* NETWORK OF AGROECOLOGY

Abstract: Facilitate the experience sharing between farmers, and between them and other actors, is part of the fundamental principles of working on agroecology. This encourages the search for approaches and methodologies that better lead the analysis of knowledge related processes from a perspective that promotes interaction between actors and the organizations involved. The use of the perspective of Communities of Practices (CdP) emerges as a way that allows to analyze learning from the observation and registration of exchanges and sharing of knowledge and experience, in which people expand their capacities by interacting with each other. Based on a qualitative methodology that involved in-depth interviews and participant observation, this paper analyzes some learning processes developed by the *Sergipana* Agroecology Network (RESEA), identifying elements that characterize Communities of Practices, in order to evaluate the potential of this approach for the knowledge construction. The political engagements and the direct participation of people in activities related to the promotion of agroecology are correlated with the individual learning process and the social organization to interfere in courses of action, as in the case of the State Laws for Creole Seeds and Agroecology in Sergipe. The understanding of the RESEA trajectory as the formation of a CdP, finally, points to learning processes related to the dynamics of collective actions.

Keywords: Knowledge. Collective action. Participation. Constructionism.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 25/02/2022; aprovado em 15/06/2022

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: tanise.silva@ufrgs.br

² Doutora em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: flavia.marques@ufrgs.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.35512/ras.v6i3.6694>

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da noção de que a característica plural da agroecologia é consequência dos muitos e variados conhecimentos envolvidos em sua emergência, desencadeando a produção de diversos valores, discursos e significados, porém, fundamentalmente tal pluralidade está relacionada a uma miríade de práticas levadas a cabo por muitos atores em diferentes situações e territórios.

Considerando que a agroecologia se identifica como uma disciplina científica, como movimento social e, fundamentalmente, como um grande conjunto de práticas sociais (WEZEL et al., 2009), se pode assumir que a agroecologia é multifacética, e que são várias suas inserções e reverberações sociais, técnicas e políticas, o que afasta a possibilidade de tratá-la ou explicá-la desde perspectivas normativas e/ou deterministas. Charão-Marques e Oliveira (2017) corroboram, apontando que “ideias agroecológicas” não são um quadro normativo coeso, mas sim, se apresentam como catalisadoras de conjuntos heterogêneos de associações materiais e discursivas. Assim, são múltiplas suas expressões e plurais as suas práticas, de maneira que se torna relevante captar e descrever os processos complexos e localizados que compõem as ‘agroecologias’.

A proposta de refletir sobre as potencialidades das muitas ‘agroecologias’, leva em consideração a riqueza de possibilidades que emerge das relações entre os atores sociais e de suas respectivas práticas; ressaltando que o desenvolvimento de capacidades e habilidades (agência humana), geralmente surge da busca pela resolução de problemas imediatos, vividos no cotidiano (LONG, 2007). A participação é tomada, aqui, como prática social nas iniciativas agroecológicas, ressaltando seu potencial para qualificar novos processos de desenvolvimento rural, na medida em que a capacidade dos atores em articular demandas concretas abre todo um leque de possibilidades de processos políticos situados, imprescindíveis para entender e propor mudanças sociais na contemporaneidade.

A pesquisa que dá origem ao trabalho foi instigada pela necessidade de identificar formas e metodologias que melhor conduzam a análise de processos relacionados ao conhecimento desde uma abordagem que promova a interação entre atores e as organizações envolvidas. Neste sentido, surge a utilização da perspectiva das Comunidades de Práticas (CdP) (WENGER, 1998) como um caminho que permite analisar a aprendizagem a partir da observação e registro das trocas e compartilhamentos de conhecimento e experiência, nos quais as pessoas ampliam suas capacidades ao interagir entre si.

O artigo, então, analisa alguns processos de aprendizagem surgidos da interação entre as pessoas e suas organizações na constituição da Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA), tendo por objetivo identificar elementos que caracterizam Comunidades de Práticas, analisando potenciais contribuições para a ampliação de conhecimentos e competências compartilhadas.

A RESEA se constitui a partir da articulação de diferentes organizações e movimentos sociais, no estado de Sergipe, região do Nordeste brasileiro. As manifestações de muitos membros mostram que eles interagem inspirados por ‘ideias e ideais agroecológicos’, o que acaba por expressar-se através de variadas práticas relacionadas ao encontro de múltiplos corpos de conhecimentos (dos agricultores, técnicos, pesquisadores, educadores, agentes públicos, agentes políticos etc.).

No entanto, cabe esclarecer que o surgimento da Rede não é um processo isolado, ele deriva de processos sócio-políticos relacionados à emergência da agroecologia no Brasil, que desde o início estiveram associados a muitas teias de relações estabelecidas pelos atores, a começar pela iniciativa seminal que foi o movimento da *agricultura alternativa*.

Ainda nos anos 1980, o movimento começa a reunir pessoas que se identificavam com as críticas ao modelo modernizado de agricultura. Inicialmente, se articulam intelectuais e algumas categorias de profissionais, em especial os engenheiros agrônomos, que alertavam sobre os perigos do uso de agrotóxicos. Um pouco mais tarde, se agregam agricultores e estudantes das escolas de Agronomia. Deste movimento contestatório emergiram, por exemplo, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA – ocorridos em 1981, 1984, 1987 e 1989) (ver LUZZI, 2007).

É também na década de 1980, que surge a Rede PTA-FASE (Projeto de Tecnologias Alternativas) que organizou um trabalho articulado com várias Organizações Não Governamentais (ONGs) para sistematização de experiências bem-sucedidas das chamadas tecnologias alternativas (MONTEIRO e LONDRES, 2017). A partir destes marcos iniciais também mudanças sociotécnicas importantes vão acontecendo e, aos poucos, a agricultura alternativa vai sendo substituída pela agroecologia (ver WEZEL et al., 2009), passando a incorporar diferentes formas e graus de institucionalização (ver CAPORAL e PETERSEN, 2012; SAMBUICHI et al., 2017).

Não se trata, aqui, de remontar toda a rica trajetória da agroecologia no Brasil, mas, apontar que, desde as primeiras iniciativas organizativas ligadas à agricultura alternativa até a atualidade, houve uma multiplicação de grupos e organizações espalhadas pelo território nacional, o que tem sido bastante representado pelas ações da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).¹

Para o caso em estudo, é relevante mencionar que, em 2006, por iniciativa da ANA começa um processo de mobilização que visava a sistematização de experiências em agroecologia nos estados brasileiros, vislumbrando a realização do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).² É justamente

¹ A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) articula movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia. Atualmente, fazem parte da articulação vinte e três redes estaduais e regionais, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. Ver: < <https://agroecologia.org.br> >

² Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) foram realizados em quatro edições, o último aconteceu em Belo Horizonte, em 2018. São eventos coordenados pela ANA, com participação de centenas de organizações e movimentos sociais, objetivando a socialização de iniciativas agroecológicas através do compartilhamento de experiências. Seu caráter é político e tem foco no fortalecimento da agroecologia em suas várias dimensões. Ver: < <https://enagroecologia.org.br> >

impulsionada por esse processo que surge, no Sergipe, a RESEA, como uma espécie de consequência da realização do I Encontro Estadual de Agroecologia (EEA/SE), que foi parte dos eventos preparatórios para o II ENA, que se realizaria em Recife naquele ano.

A RESEA surge, então, com o desafio de fortalecer a dinâmica agroecológica no estado de Sergipe através da construção coletiva de espaços de reflexão e de sistematização das experiências agroecológicas. Os atores que passam a atuar na construção da rede conferem a ela uma característica de fórum de caráter político, já que as práticas convergem para a mobilização local de instituições, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. É assim que, ao reconstituir parte da trajetória da RESEA, identificando práticas e interrelações entre os diferentes atores, este artigo busca contribuir com melhorias de processos de facilitação do compartilhamento de experiências entre agricultores, e entre eles e outros atores, considerando que tais processos têm sido fundamentais para o avanço da agroecologia. Em seguida desta introdução, é apresentada a metodologia da pesquisa que dá origem ao presente trabalho. Na seção subsequente, os elementos fundamentais de uma abordagem de Comunidades de Práticas são esclarecidos, o que encaminha a leitura para a apresentação dos resultados da pesquisa e sua posterior discussão. Finalmente, são trazidas as conclusões que permitem apontar potenciais analíticos relacionados às práticas que conformam comunidades de atores sociais envolvidos em iniciativas agroecológicas localizadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se inspirou em uma metodologia centrada no ator social, que sugere adotar como ponto de partida as questões, problemas, desejos, orientações e eventos que são significativos na vida das pessoas, de maneira a identificar as interações sociais, e como estas se interconectam para gerar interfaces entre diferentes atores e seus conhecimentos. Para estabelecer uma metodologia sensível a estes aspectos, a observação e a participação se tornam importante, pois permitem ao investigador gerar descrições e análises das interações (ARCE e CHARÃO-MARQUES, 2021).

A pesquisa se desenvolveu basicamente pelo uso de entrevistas em profundidade e da observação participante, tendo como um primeiro passo identificar os atores sociais envolvidos com a RESEA, este processo mostra que são ‘grupos’³ provenientes de movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa ou ONGs, atuantes diretos em iniciativas agroecológicas, os que se autodeclaram como componentes da RESEA, conforme tabela abaixo.

³ A opção foi por trabalhar com a categoria grupos membros da RESEA, isto porque as pessoas que participam variam ao longo da trajetória da Rede, ao mesmo tempo, as organizações nem sempre enviavam participantes ‘oficiais’, ou seja, grupos de atores se fizeram representar, ora falando em nome de suas organizações, ora representando interesses parcialmente relacionados a elas.

Tabela 1: Grupos que compõem a Rede Sergipana de Agroecologia – RESEA.

Instituição de ensino	Instituto Tecnológico de Sergipe – IFS Universidade Federal de Sergipe – UFS Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas – NEVA
Instituição de pesquisa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Associação Brasileira de Agroecologia- ABA
Movimento social organizado	Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA Movimento Camponês Popular – MCP Movimento Popular da Saúde – MOPS Rede de Núcleos de Agroecologia do Nordeste – RENDA Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Articulação Semiárido Brasileiro – ASA
Organização Não Governamental (de assessoria técnica e ambientalista)	Centro de Formação em Agropecuária Dom José Brandão de Castro – CDJBC Sociedade de Apoio Socio-Ambientalista e Cultural – SASAC Ipan - Instituto PANGEA
Organização Sindical Classista	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – FETASE

Fonte: acervo da pesquisa, 2021.

As técnicas de coleta de dados foram a entrevista semiestruturada (MINAYO, 2019), a pesquisa documental (GIL, 2008) e a observação participante (GIL, 2007; MINAYO, 2012). De maneira trazer os elementos provenientes da observação participante foi utilizado diário de campo como estratégia para registro das informações. As quinze entrevistas realizadas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. As transcrições foram numeradas e são assim mencionadas na seção de resultados de forma a garantir o anonimato dos entrevistados.

Os principais momentos de acompanhamento das atividades da RESEA, entre os anos de 2017 e 2019, foram as plenárias mensais em que os grupos membros se reúnem para debater suas ações individuais e coletivas, além dos espaços onde se realizaram formações e capacitações diversas, nas quais os grupos estiveram envolvidos. Também, foram acompanhados diretamente o seminário de planejamento anual, o Seminário de Agrobiodiversidade, a organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (realizado no Sergipe em 2019, com participação intensa da RESEA) e o Seminário sobre o Plano Estadual de Agricultura Camponesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma Comunidade de Prática (CdP) constitui-se em um ambiente que sustenta o engajamento voluntário e mútuo entre os membros, objetivando por meio de empreendimentos comuns, a partilha de conhecimentos e a geração de aprendizagem. O propósito de uma Comunidade de Prática (CdP) é desenvolver a capacidade dos membros, além de construir e desafiar conhecimentos. Os membros se auto selecionam, e movidos pela paixão, confiança e identificação com as pessoas dos grupos, permanecem juntos pelo tempo que entenderem ser necessário (WENGER e SNYDER, 2001).

O que difere uma CdP de outras formas de agremiação é que ela envolve o conhecimento técnico e a habilidade das pessoas para sua configuração, considerando que os membros de uma comunidade estão imersos em um conjunto de relações sociais que se estendem no tempo (LAVE e WENGER, 1991) e dependem das oportunidades de ampliar processos de compartilhamento. Assim, a proposta é analisar as CdPs a partir de elementos considerados como seus constituintes: a *comunidade* (aprendizagem um com o outro), o *domínio* (identidade definida por um domínio de competência compartilhada) e a *prática* (repertório semelhante ou integrador). Na comunidade de prática é possibilitada a aprendizagem situada através da integração e interação de diferentes indivíduos com objetivos comuns (LAVE e WENGER, 1991).

A **comunidade** leva em conta a *ajuda* entre as pessoas, em que os problemas são resolvidos e criações inventivas são geradas a partir da vivência e da prática do outro. Ao se interessar pelo domínio de conhecimento as pessoas se engajam nas interações e aprendem umas com as outras, dando formação à comunidade. Ou seja, fazer um mesmo trabalho não contribuiu para a comunidade, a menos que os membros interajam e aprendam juntos. Entretanto, os membros da comunidade de prática não necessariamente precisam trabalhar juntos diariamente, de modo presencial (WENGER, 2006). Aprender na comunidade e, posteriormente, fazer suas tarefas sozinho é reflexo de uma CdP.

O **domínio** é o elemento que alimenta a interação entre as pessoas a partir do que elas *sabem, fazem, discursam* e compartilham na ‘comunidade’. Portanto, um grupo de pessoas ou amigos que se reúnem não necessariamente formam uma CdP, pois há necessidade de certo grau de comprometimento com as discussões e a interação que a ‘comunidade’ faz. A competência compartilhada pode tornar a ‘comunidade’ reconhecida para além da sua organização, tendo em vista que as pessoas geram um conhecimento (uma competência) coletiva. O reconhecimento dessa competência pode significar o ancoradouro da comunidade. Por exemplo, um grupo de agricultores pode ser reunir para trocar ideias a respeito de um patógeno que está atacando as produções em certa localidade. Ao fomentar as discussões e a compreensão sobre as causas e o tratamento para o patógeno eles podem estar criando uma CdP (mesmo sem saber) tendo como ponto de sustentação o conhecimento específico (competência coletiva) sobre

como lidar com o patógeno em questão. Nesse caso, a ‘comunidade’ vai durar o tempo que for necessário para tratar do problema em questão.

A **prática** se refere ao fato dos membros da CdP serem capazes de desenvolver um repertório compartilhado que surge de experiências comuns, histórias, significados, formas de abordar problemas ou outros processos. Em suma, a prática se torna este elemento fundante de uma CdP na medida em que ela resulta da própria capacidade da ‘comunidade’ em promover ações conjuntas, eventualmente, com resultados tangíveis. As pessoas se capacitam nesse repertório, e isso leva tempo e exige interação (WENGER, 2006).

O desenvolvimento desses três elementos em paralelo ‘cultiva’ a comunidade, e os membros desenvolvem laços de amizade, engajando-se mutuamente e estabelecendo formas de interação e negociação de significados para que os processos de aprendizagem ocorram (WENGER, 2002). O quadro 1 apresenta uma sistematização dos principais elementos inerentes à CdP.

Quadro 1: Síntese dos elementos característicos de uma Comunidade de Prática.

	Qual o propósito?	Quem pertence?	O que os mantém juntos?	Quanto tempo dura?
Comunidade de Prática	Desenvolver a capacidade; construir e desafiar conhecimento.	Membros se autosselecionam.	Paixão, confiança e identificação com os demais participantes.	Enquanto houver interesse em manter o grupo.

Fonte: adaptado de Wenger e Snyder, 2001.

É possível associar a abordagem de CdP a diversas áreas. Por exemplo, um grupo de profissionais que se encontram com certa frequência para discutirem questões relacionadas à sua ação profissional, trocando experiências e saberes, compartilhando dúvidas e receios. Ou seja, é possível a constituição de uma comunidade de prática, mesmo sem as pessoas se darem conta disso.

As comunidades de práticas, também, podem ser entendidas como redes sociais informais que surgem e que ajudarão a organização a aprender e responder criativamente à novas circunstâncias, mudar e se desenvolver (IPIRANGA et al., 2005). Sendo assim, os aprendizados não estão limitados a entidades formais e/ou educacionais, mas ocorrem nas várias formas de viver a vida, na participação de algum grupo, durante um encontro de amigos, durante um dia de trabalho em uma empresa. Ou seja, os aprendizados não ocorrem de modo estruturado, mas sim de modo fluído no cotidiano. Daí a importância

de observar as práticas sociais,⁴ pois elas são um importante lócus de análise para compreender os processos de aprendizagem.

‘Fazer e saber’ são processos levados a cabo em conjunto, o que leva a identificar que aprendizados emergem da interação dos atores com o meio ambiente onde se inserem, assim como, das interrelações surgidas pela ação social e mobilização políticas. É assim que os processos de aprendizados podem ser considerados como um movimento que advém dos atores na medida em que eles desenvolvem práticas variadas em dinâmicas locais, gerando e/ou reinventando conhecimentos. Assim, para analisar os processos de aprendizagem relacionados às dinâmicas sócio-políticas vivenciadas no âmbito da RESEA, foi necessário evidenciar as relações estabelecidas entre os atores, entre os atores e as organizações, de modo a explicitar as práticas. Para realizar esta aproximação, foram utilizados os elementos sugeridos como constituintes das comunidades de prática, são eles que ajudam a identificar processos emergentes de aprendizagens múltiplas da Rede. Nas próximas subseções, serão especificados tais elementos e processos.

União, força e luta (Comunidade)

A pesquisa demonstra que a RESEA emerge com objetivo de fortalecer a dinâmica agroecológica no estado do Sergipe. No entanto, a Rede, no seu surgimento, também recebeu influência de processos mais amplos que vinham ocorrendo em nível nacional. Especificamente, se referem à mobilização desencadeada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), por ocasião da sistematização de experiência que visava a representação do estado no II ENA. É importante mencionar tal influência na medida em que o processo de organização dos Encontros Nacionais de Agroecologia nasce do diálogo e convergências entre vários movimentos e organizações da sociedade civil, em outras palavras, a ideia de organizar uma rede local foi amadurecendo de forma a promover a aproximação de distintos atores coletivos do Sergipe, tendo sido o que aconteceu.

Desde sua emergência, a RESEA esteve associada ao encontro e diálogo de movimentos sociais, especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e grupos da sociedade civil organizados, em especial, ligados à Articulação do Semiárido (ASA),⁵ são eles: Associação Mãos no Arado de Sergipe (AMASE), Centro Dom José de Brandão e Castro (CDJBC), Sociedade Socioambiental e Cultural (SASAC). Também, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) participa da

⁴ Para uma melhor compreensão, se soma, aqui, o entendimento de que práticas sociais podem ser vistas como um conjunto de *feitos e ditos (doings and sayings)* (SCHATZKI, 2002), que preenchem o cotidiano das pessoas e são contingenciais. Ou seja, podem ser adaptadas, ressignificadas ou reinventadas.

⁵ A ASA está presente nos 10 estados que compõem o semiárido brasileiro, e é composta por mais de três mil organizações da sociedade civil e corresponde a uma rede que ‘defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido’. Ver: < <https://www.asabrasil.org.br> >

Rede desde seu início, através da participação de pesquisadores do grupo temático Agricultura Familiar e Agroecologia da Unidade Embrapa Tabuleiros Costeiros, que tem sede na capital do estado, Aracaju.

Os relatos dos membros dão conta de que os encontros iniciais foram importantes para identificar o estado da agroecologia em Sergipe e para criar um impulso organizativo das pessoas. Neste processo, foram surgindo as formas de trabalho e operação internas da organização nascentes, assim, os participantes definiram um esquema para funcionamento da Rede, estes foram identificados como espaços de diálogo assim compostos: *Plenárias*, como amplo espaço de discussão em que os participantes teriam direito a participar e orientar decisões; *Núcleo Operativo*, que deveria cumprir objetivos de comunicação e de animação; e os *Grupos de Trabalho (GTs)*, como espaços de proposição de atividades a partir de temas específicos (tais como, biodiversidade, comunicação, gênero, dentre outros).

As *plenárias* são espaços muito ativos, todos têm direito à voz, apresentando ações e iniciativas realizadas por cada grupo participante, assim como, projetos futuros, havendo um compartilhamento de metas e demandas dos diferentes membros. Durante o acompanhamento das plenárias, foi observado que o ambiente é receptivo, o convívio é leve e fácil, as relações e reações demonstram haver certo companheirismo entre as pessoas. Os participantes costumam levar as bandeiras ou outros símbolos que demarcam a representação dos grupos, é comum a realização de um ‘ritual’ de boas-vindas antes das reuniões, são dinâmicas coletivas em que há música, poesia, encenações e a presença de objetos entendidos como significativos (plantas, sementes, flores etc.), estes momentos são chamados de ‘mística’.

Os encontros presenciais, marcados também por estes momentos de regozijo coletivo se mostram como relevantes na criação de engajamentos e compromissos (coletivas e individuais), tendo relação com a construção de diferentes objetivos e delineamento de distintos interesses. Neste sentido, se reconhece que a ‘prática do encontro’ faz parte de processos que levam ao surgimento das características de ‘comunidade’.

Isto não significa que em tudo há consenso ou convergências, é durante as discussões na plenárias que os atores assumem seus posicionamentos perante os demais, tendo como referência a defesa dos interesses ou ideário do grupo que representa. E isso é expresso nas variadas pautas que cada grupo traz para a reunião, estas podem girar em torno de questões ligadas às políticas públicas, segurança alimentar, problemáticas socioambientais, sementes crioulas, entraves tecnológicos e as necessidades de pesquisa, dentre várias outras. Também, fica bastante claro que, embora o eixo central seja a defesa e avanço da agroecologia, há marcadas diferenças nos discursos e nos *fazer*s, o que reforça a ideia da multiplicidade de agroecologias movida pelos atores em seus cotidianos a partir dos diferentes conhecimentos que organizam sua inserção social, política e técnica.

Porém, a participação e o engajamento na comunidade emergente não ocorrem linear e crescentemente, houve períodos de estagnação, tendo sido registrada uma baixa participação, ou pouca dinamicidade nas ações da Rede. O trecho de uma entrevista, transcrito abaixo, entrega alguns elementos explicativos das oscilações de participação.

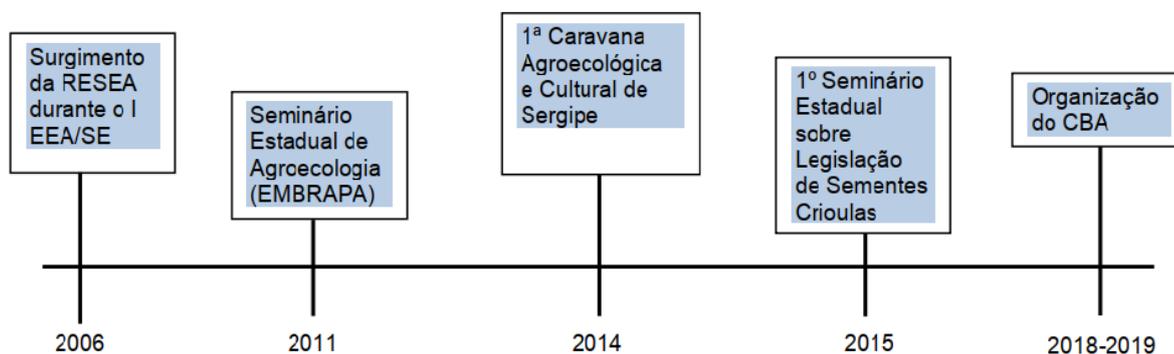
Eu considero que a nossa participação na RESEA ainda é tímida. Mas a gente não deixa de participar, em especial dos momentos mais importantes. Até porque todas as reuniões se concentram em Aracajú e a nossa sede não está em Aracajú e a gente considera o custo de deslocamento e de alimentação para participar das reuniões. Mas, a gente continua fazendo, colaborando, mas não fazemos parte das reuniões e nem do núcleo operativo (Entrevista 10).

O ponto a registrar é que, embora a presença física dos membros seja evidentemente importante para a geração de coesão da ‘comunidade’, os atores buscam outras formas de participar e influir nos processos da Rede. Durante plenárias mensais que foram acompanhadas durante a pesquisa, era comum que alguns grupos mandassem notas de apoio à ou rechaço às ações da RESEA que estavam em discussão. Ou seja, a Rede foi se constituindo como um espaço de parcerias, altamente dependente da base de relações estabelecidas, mesmo sem uma constante participação presencial.

Por outro lado, há relatos de que, em 2011, o cenário de estagnação mudou. Ocorreu um Seminário Estadual de Agroecologia, promovido pela Embrapa, reunindo técnicos do Projeto de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), pesquisadores, estudantes e movimentos sociais. Nessa ocasião, agricultores tiveram espaços específicos para apresentar suas experiências, afastando a ideia de que a Rede correspondia apenas aos interesses do setor da pesquisa científica, esta mudança foi profícua para melhorar relações na RESEA, tendo promovido uma reaproximação de movimentos sociais que haviam contribuído no início da RESEA, em 2006, mas que já não estavam tão ativos e presentes.

Neste momento, se reaproximam, em especial, membros ligados ao MST e à ASA. É assim que o Seminário foi citado como uma ação que serviu para reconstruir a dinamicidade da Rede. Ao final do Seminário, é divulgada uma Carta direcionada às várias entidades parceiras da RESEA, conclamando para a retomada da participação nas atividades.

A abertura de um evento identificado como ‘científico’ para a apresentação das experiências agroecológicas dos agricultores foi uma prática importante, cujos desdobramentos reverberaram no despertar de antigos e novos parceiros. A partir deste momento, reconhecido como uma revitalização da Rede, outros eventos também marcaram a trajetória da RESEA. De modo a sintetizar os principais eventos, foi elaborada uma linha do tempo a partir dos relatos dos entrevistados.

Figura 1: Linha do tempo da trajetória de ações da RESEA.

Fonte: elaborado com base no acervo da pesquisa, 2020.

As pessoas voltam a se reunir e estabelecer encontros frequentes para debater a situação da agroecologia no estado, e também as demandas de cada grupo. Os grupos participantes consideram a RESEA como um “fórum de discussões” que potencializa uma força social a partir da união e da coletividade. Os entrevistados afirmam que estão reunidos na RESEA porque como um coletivo eles são mais fortes politicamente. *“Todos esses grupos juntos são uma fortaleza. Todos os grupos com a mesma pauta, [...] vários movimentos é uma maneira de nos fortalecer, juntos somos mais fortes”* (Entrevistada 6). Esse laço criado entre as pessoas através do discurso de *união, força, luta*, expressa os elementos de ligação entre as pessoas na RESEA. O *mix* de relações tem sustentado a RESEA, servindo de estímulo para abrir novas possibilidades e diversas aprendizagens compartilhadas entre os atores no que se refere a iniciativas agroecológicas, sendo que elas vão de ações de reivindicação até melhorias técnicas específicas.

Na RESEA, o aprendizado, no que tange à formação da Comunidade, foi construído a partir da capacidade de manter a interação social dando vida à Rede, seja a partir do engajamento (total ou parcial; perene ou intermitente) e do comprometimento dos grupos com os focos estabelecidos como importantes para a agroecologia. É o envolvimento das pessoas, que decorre do juntar-se por uma pauta, ideal ou interesse, que estabelece uma dinâmica que desencadeia o surgimento do elemento ‘comunidade’. Na RESEA, a causa comum se mostra como ‘a busca por unificar esforços em prol da agroecologia’, sendo o que explica a maior parte dos engajamentos. E isso exige um *aprender* coletivo, cujo desafio passa por garantir fluidez das informações entre a RESEA e a base dos grupos que a compõe.

A emergências de competências na Rede (Domínio)

Em 2014, ocorreu a Caravana Cultural e Agroecológica de Sergipe (Figura 1), ela é considerada um marco da retomada dos encontros presenciais e da consolidação da Rede. Como registrado em uma das

entrevistas: “a caravana agroecológica de 2014 teve papel fundamental no processo de mobilização e aproximação das entidades” (Entrevistado 2).

A caravana consistiu em percorrer os quatro territórios do estado (Alto Sertão, Baixo São Francisco, Sertão Ocidental e Sul Sergipano), durante quatro dias, para conhecer experiências agroecológicas. Trata-se de uma organização detalhada e que requer forte engajamento tanto de quem segue na caravana, como de quem recebe o grupo de visitantes itinerantes, como ilustra o trecho abaixo.

A I Caravana, em 2014, que foi uma pegada de rodar o estado e ver as experiências. Foram quatro dias. Fomos em Salgado conhecer os agricultores orgânicos, depois para o Alto Sertão e depois no Baixo São Francisco conhecer a produção e o plantio de mudas. E fomos também no povoado Justa, conhecer as mulheres artesãs da taboa e as catadoras de mangaba. [...]. Esse processo dá um gás, porque você convive com as pessoas, porque viajar pra outra cidade e conhecer, cria uma dinâmica (Entrevista 1).

As experiências visitadas durante a caravana agroecológica são uma boa representação do trabalho da base de membros dos grupos da própria RESEA, especialmente ações constituintes de projetos do MST e da ASA. A participação efetiva dos agricultores, ao compartilhar suas experiências em seus próprios territórios, dá visibilidade e reforça a importância das localidades e da ação situada no ‘fazer agroecologia’, sendo que o efeito multiplicador das trocas de conhecimentos foi muito grande.

Os aprendizados da Rede, na constituição e/ou delimitação de um ‘domínio’ que a caracteriza, passam pela ampliação das capacidades das pessoas no que se refere à habilidade de sistematização das experiências, o que se tornou importante para poder aumentar o compartilhamento de conhecimentos entre os atores da RESEA e para fora da própria Rede. É assim que as experiências visitadas foram registradas em vídeos, em formato de documentário, inclusive, levando em consideração aspectos específicos que marcam certas diferenças territoriais como zona da mata, agreste e sertão. Estes registros foram fundamentais para promover momentos de reflexão após a realização da caravana, estes incorporaram temas surgidos durante a viagem, tais como: sementes crioulas, plantas medicinais, produção orgânica, manejo de produção de mudas, convivência com o semiárido, empoderamento das mulheres. Estes são temas ou preocupações que remetem à necessidade do compartilhamento de competências, o que pode estar evidenciando que são aspectos que dão sustentação para o surgimento de uma CdP.

A caravana agroecológica inaugura um novo período para a RESEA, no qual passa a haver maior integração entre as pessoas, o que se expressa nas participações mais efetivas dos grupos e na ampliação

de membros. Os entrevistados relatam que esse momento de 2014 foi como um “oxigenar da rede” devido a retomada dos encontros periódicos.

Esse momento da RESEA é reiniciado com forte presença da Embrapa, em especial do Núcleo de Agroecologia da Unidade Tabuleiros Costeiros. Alguns dos pesquisadores conseguem que a empresa assuma a responsabilidade de convocar reuniões que passam a ocorrer na sede em Aracaju. O grupo da Embrapa assume a responsabilidade de convocatória dos encontros, da elaboração das memórias das reuniões, do envio de *e-mail* com notícias, de certa forma, a empresa é o ator estatal principal e se legitima na Rede pelo compromisso com a comunicação e circulação das informações.

O que se destaca é um processo paulatino de compartilhamento de competências como parte da consolidação da RESEA como uma CdP, na medida em que os pesquisadores, para além das pesquisas em agroecologia que já desenvolviam (sementes crioulas, biofertilizantes, ervas medicinais e sistema agroflorestal), também passam a compartilhar com outros atores as capacidades de comunicação, organização, publicização de ações da Rede. Neste caso, esta é uma competência compartilhada que participa na ampliação do reconhecimento da ‘comunidade’ para além da sua organização interna.

Com o objetivo de reunir agricultores, pesquisadores e movimentos sociais para dialogar sobre a situação das sementes crioulas em Sergipe, em 2015, é realizado o 1º Seminário Estadual Sobre Legislação de Sementes Crioulas. O Seminário acaba por expor que a problemática das sementes crioulas se apresentava como central para vários grupos membros da RESEA, embora tratada sob diferentes perspectivas. Cada grupo já vinha promovendo ações relativas às sementes, porém, cada um de acordo com sua realidade e/ou possibilidade. A Embrapa em parceria com o Instituto Federal de Sergipe (IFS), com o Movimento Camponês Popular (MCP), com a Sociedade de Apoio Socioambiental e Cultural (SASAC) e com a Articulação do Semiárido (ASA) vinha realizando pesquisa para identificar contaminação genética nas variedades de milhos crioulos produzidos no estado. O foco dessa parceria era tratar da situação de pureza das sementes utilizada nos sistemas de cultivo do milho, que estão ameaçadas pelo crescente uso de cultivares transgênicas de milho na região. Outros grupos como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a ASA mantinham ações diretamente com agricultores, por exemplo, organizando oficinas de capacitação e promovendo a construção de casas de sementes, em geral comunitárias, para armazenamento e distribuição de variedades crioulas.

A despeito das diferenças de foco das ações mantidas pelos grupos membros da RESEA, questões relativas às sementes crioulas configuram outra das competências compartilhadas. Assim, as sementes crioulas juntamente com a sistematização de experiências como forma de produção de conhecimento compartilhado e com as capacidades de ampliação da comunicação e visibilidade da Rede parecem configurar, no âmbito da RESEA, múltiplos domínios que participam da formação de uma CdP.

Políticas para Sementes e Agroecologia: repertório compartilhado (Prática)

Como desdobramento do Seminário Estadual Sobre Legislação de Sementes Crioulas, surge uma comissão, que recebe a incumbência de redigir uma lei específica. A ampliação de atuação da Rede para fora dela desencadeia um processo que resulta na entrega da proposta de lei para a Assembleia Legislativa do Sergipe em ato do Dia Internacional da Mulher, no ano de 2016. A partir deste movimento, mais tarde, é aprovada a Lei das Sementes Crioulas de Sergipe - Lei 8167/2016 (SERGIPE, 2016), que passou a ser conhecida como ‘Sementes de Liberdade’.

O início das tratativas pela criação de lei específica para sementes crioulas do estado teve origem no Movimento Camponês Popular (MCP), que leva para a RESEA a discussão sobre a importância do tema, de maneira que se ampliou o apoio à elaboração de uma lei. A pauta das sementes crioulas envolve diretamente as bases de militância dos movimentos sociais, é tema sensível e entendido como crucial. Assim, as sementes crioulas em seus vários desdobramentos, além de participar da delimitação de um domínio característico da RESEA, também se torna um repertório compartilhado relevante, identificável pela emergência de uma aliança em torno da pauta específica, sendo, portanto, um elemento integrador.

A lei foi aprovada sem grandes dificuldades porque, de acordo com os entrevistados, “na época havia um ambiente político favorável” no estado de Sergipe, com o governo estadual receptivo ao diálogo com os movimentos e às pautas agroecológicas. A nova lei (das sementes) acabou por se somar à outra que já havia sido aprovada em 2011, a Lei Estadual de Agroecologia - Lei n.7290/2011(SERGIPE, 2011), com isso, no âmbito das discussões da RESEA fica evidente que, com as duas leis estaduais aprovadas, seria necessário e urgente lutar para que a Lei do Orçamento estadual incorporasse rubricas específicas que permitissem a execução de ações e objetivos em favor da agroecologia e das sementes. Porém, isso demandaria esforços e estudos sobre como fazer e como ampliar a capacidade de articulação, como mencionado por um dos membros da RESEA, conforme trecho abaixo.

Uma lei tem que ter criação, tem que ter regulamentação [...] regulamentação pra sementes, regulamentação pra lei de agroecologia. Como a lei de agroecologia já tinha caminhado bastante em termos de entendimento, de leitura, de amadurecimento, aí a gente pensou assim: aqui é mais fácil! É melhor a gente pegar essa lei que tá mais fácil de ser concluída, do que iniciar um outro estudo de decreto de regulamentação das sementes. Então, a gente percebeu que toda essa política de apoio para as sementes vai poder estar dentro da Política de Agroecologia. (Entrevista 3).

Ao entrar no debate que leva à aprovação da Lei das Sementes Crioulas, os membros da RESEA se dão conta de que a Lei de Agroecologia, embora aprovada desde 2011, não estava regulamentada, ou seja, ambas a leis teriam consequências concretas na medida em que estivessem regulamentadas. Este fato faz

com que a estratégia da RESEA mude, ou seja, os objetivos relativos às sementes poderiam ser abarcados pela Lei de Agroecologia, então, o mais urgente era regulamentá-la.

Vai ficando claro que os aprendizados compartilhados foram se ampliando na medida em que os membros da Rede tiveram que entrar na articulação e na condução dos procedimentos burocráticos junto ao poder legislativo do Estado. De acordo com os entrevistados, ninguém conhecia os trâmites referentes à política pública e houve necessidade de estudar e consultar atores que conduziram experiências em outros estados. Nesse sentido, a demanda espontânea e localizada pelo conhecimento de como implementar as leis que poderiam fazer surgir políticas públicas específicas faz surgir um repertório compartilhado, que configura a prática como elemento que compõe uma CdP. E isso, aparentemente, está gerando um saber inerente à RESEA, ou seja, a Rede Sergipana passa a dominar o passo-a-passo de como avançar com uma proposta de legislação, despertando interesse de grupos em outros estados brasileiros. A experiência sergipana passa servir de base de conhecimentos (competência) sobre rito processual de leis que amparam a ação com as sementes crioulas.

Em 2015, um pesquisador da Embrapa, participante da RESEA, passa a compor o quadro de membros da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).⁶ Com isso, inicia-se uma articulação que levou à organização do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), com forte participação da RESEA. Entretanto, a decisão de organizar o CBA em Sergipe não teve uma aderência imediata dos diferentes membros, havendo receios sobre as reais condições em preparar o evento. O acompanhamento de muitas atividades que precederam o Congresso mostrou que não havia uma perspectiva unitária a respeito, por exemplo, de qual seria o retorno político do CBA para a RESEA, ou mesmo, para cada organização. O trecho da entrevista a seguir representa um pouco disso: *“a gente está ajudando a construir o CBA, estamos firmes. Mas, a gente teme que esse CBA não tenha espaço para apresentar as pautas do campo”* (Entrevista 6).

No que tange à organização do CBA, atribui-se ao emaranhado de relações, tecidas no tempo e no espaço pela RESEA, a possibilidade de realização do evento. E associado à essa teia de relações está o aprendizado sobre a construção de um evento técnico-científico por uma coletividade em que nem todos tem em sua vivência diária no espaço/mundo acadêmico. Ao aceitar o desafio de organizar o CBA,⁷ a RESEA acaba por proporcionar um outro compartilhamento entre seus membros, porque o processo promoveu para alguns a chance de conhecer o que para outros era corriqueiro. Para fins da corroboração

⁶ A ABA é uma associação de caráter acadêmico e científico, criada em 2004, com o propósito de incentivar e contribuir para a produção de conhecimentos técnico-científicos no campo da agroecologia, de forma integrada ao saber popular, mantém diversas atividades que visam apoiar e organizar eventos de socialização de conhecimentos. Ver: < <https://aba-agroecologia.org.br> >

⁷ O congresso foi realizado entre os dias 4 e 7 de novembro de 2019, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob o tema: Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares, tendo sido apresentados 1900 trabalhos científicos e relatos de experiências. Ver: < <http://www.cbagroecologia.org.br> > e para acessar a Carta Sergipana (XI CBA – Agroecologia), ver: < <https://aba-agroecologia.org.br/carta-sergipana-xi-cba-agroecologia> >

com os elementos que conformam ou caracterizam uma CdP, é suficiente, aqui, mencionar que o processo explicita o estabelecimento de práticas que passam a ser compartilhadas.

Emergência de uma CdPs: engajamentos e compartilhamentos

A trajetória da RESEA expressa o engajamento de diferentes atores sociais que passam a se identificar entre si pelo compartilhamento de propósitos, interesses e conhecimentos. O que, inicialmente, parecia ser uma permanência momentânea de um grupo de pessoas para uma finalidade específica (por exemplo, a participação no II ENA em 2006) foi extrapolada na medida em que surge a organização da RESEA, com suas diferentes instâncias de gestão interna. O desenvolvimento da Rede é fruto da aglutinação de membros que, apesar das diferenças de inserção no campo da agroecologia, conseguem identificar pontos de interesse em comum, gerando a participação e o surgimento de uma coletividade.

Empiricamente, as comunidades de prática são materializadas no surgimento e desenvolvimento das redes informais em meio das estruturas formais, o que ajuda o grupo a aprender e responder criativamente a diferentes circunstâncias (IPIRANGA et al., 2005). Essas comunidades são assentadas na capacidade de sustentar a teia de relações sociais por meio do desenvolvimento de muitas práticas diferentes, inclusive aquelas que correspondem ao estabelecimento de alianças entre os atores, sem elas seria difícil conformar a ‘comunidade’.

Para Wenger (1998) a prática reside em uma comunidade de pessoas e nas relações de engajamento. As pessoas trabalham juntas, trocam informações e *insights*, ao mesmo tempo que despertam para aprendizados que lhes são importantes. Neste sentido, pode-se apontar que o surgimento da RESEA esteve fortemente vinculado à diversidade de saberes de cada grupo, a proposta de compartilhar conhecimentos e experiências é, ao mesmo tempo, foco das ações da Rede e elemento de sua própria constituição como CdP. Os trechos de entrevistas transcritos abaixo ilustram este processo.

Só o fato da gente estar ali sentado naquela roda e bater uma conversa, a gente já aprende muito, e esse aprendizado um com o outro, no coletivo é uma coisa fascinante [...] por exemplo, a gente foi escrever um projeto para um edital que tem recurso específico para cada movimento [social]. Em outros fóruns que eu participei tinha briga, as entidades brigavam por aquilo, sabe. Na RESEA, há uma compreensão de que a outra entidade precisa ser fortalecida, não que alguém vai abrir mão de tudo pelo outro, não é isso. Mas, a partir do momento em que as ações são coletivas, vai criando um grupo. E isso, aos poucos, vai tirando um pouco a sensação de nós somos daquele [grupo], nós somos desse grupo. Vai criando o sentimento de nós. (Entrevista 2).

[...] eu acho que esse processo de construção dos eventos, dos projetos sempre muito compartilhados, sempre muito conversado, é uma coisa que acrescenta muito. O processo de construção democrática, como está sendo feito na RESEA é uma coisa que a gente está sempre aprendendo (Entrevista 4).

A aglutinação de pessoas em torno de eixos comuns, como é o caso do eixo geral da RESEA – a agroecologia -, promove múltiplos aprendizados, mesmo que eles sejam percebidos de forma diferente por cada membro. Estes aprendizados podem ser desde a roda de conversa em que diversos assuntos são discutidos, até a realização de atividades de participação ampliada como as Caravanas e a realização de um congresso científico, como o CBA. Wenger (1998) alerta que o estímulo das comunidades de prática é

baseado nos processos de reflexão e acesso às informações. A dinâmica organizativa da RESEA (plenárias, GTs, eventos para debates específicos) potencializa aprendizagens na medida em que favorece as trocas de experiência entre os participantes.

Um dos exemplos vem da experiência da construção das legislações estaduais, que surge na trajetória da RESEA como um processo de aprendizagem relevante. A percepção dos membros da dificuldade de trabalhar com duas leis estaduais e a estratégia de inserir as demandas para as sementes crioulas através da regulamentação de uma lei anterior expressa a prática de conduzir um problema de forma compartilhada. As pessoas precisaram se capacitar para compreender o processo de condução de legislação de forma a poder tomar a decisão de qual estratégia utilizar. Ou seja, a RESEA passou a incorporar um conhecimento sobre os passos a serem tomados para que se atingisse o objetivo da regulamentação da Lei de Agroecologia, este passa a ser um aprendizado coletivo.

A experiência da organização do CBA permite revelar as diferentes formas de participações como uma prática da RESEA, considerando que elas variam de acordo com as necessidades e interesses. Wenger (2000) considera que a dimensão da prática enfatiza a aprendizagem pelo engajamento, pela experiência da participação direta. Por exemplo, a dinâmica de organização do evento exigiu o estabelecimento de comitês (financeiro, científico, infraestrutura, secretariado) para encaminhar as muitas demandas, isto fez com que as pessoas saíssem da prática específica do seu grupo, passando a participar ativamente do CBA e, inclusive, passando a ‘conviver’ com atores que não necessariamente eram parte da RESEA.

Schommer (2005, p. 315), a partir da pesquisa sobre a articulação de saberes na relação entre universidade e a sociedade, sugere que há riscos quando as comunidades de prática se tornam muito fechadas em si mesmas, o que pode ser minimizado pela ampliação das “fronteiras entre comunidades de prática, pela imaginação, pelo alinhamento, pela entrada de novos membros e pelo aprendizado gerado em sua própria prática”. No caso da RESEA, o envolvimento na construção do evento significou aprendizagens diferentes, por exemplo, articulação com atores de outros estados do Nordeste, que também atuavam na comissão organizadora; e o desenvolvimento de habilidades na captação de recursos em editais públicos para promoção de evento científico.

As participações dos membros da RESEA na organização do CBA também geraram disputas e conflitos. As discordâncias iniciaram já na decisão da RESEA assumir a organização do congresso tendo Aracaju como cidade sede. Alguns grupos não estavam de acordo com essa decisão. O reflexo imediato disso foi falta de parceria, cumplicidade e reconhecimento do trabalho durante o encaminhamento das decisões, conforme a fala que segue: “*as pessoas não se sentem incluídas. Elas têm dificuldades de se inserir. Vão para as reuniões, mas acabam se afastando porque não são integrados*” (Entrevista 9).

Importante ter claro que a formação de uma ‘comunidade’ não necessariamente se constitui como uma unidade. Não é o consenso permanente que mantém uma CdP ativa, como ressalta Schommer (2005) o que se torna importante é que as mudanças, as perspectivas diferentes, bem como erros e conflitos sejam valorizados como oportunidades para aprender.

CONCLUSÕES

Um pressuposto inicial que instigou este trabalho é o de que a Rede Sergipana de Agroecologia se configura como uma iniciativa agroecológica orientada por particularidades locais, porém, relacionada a mobilizações políticas e transformações mais amplas das práticas sociais ligadas à agroecologia. Neste sentido, o artigo buscou elucidar, a partir da trajetória de formação da Rede e da identificação de algumas de suas práticas, se a RESEA reúne características de uma Comunidade de Prática.

Descrevendo e analisando os três elementos sugeridos como delineadores de uma CdP, quais sejam: comunidade, domínio e prática, chega-se à conclusão de que a RESEA pode ser abordada como uma Comunidade de Prática. Potencialmente, as comunidades de prática podem influenciar a configuração das realidades locais, primeiro, pela facilitação do adensamento das organizações atuantes na direção de uma pauta ou agenda em comum, considerando que o ‘ambiente’ é favorável para a ampliação da participação e do engajamento de diferentes atores. Em segundo lugar, a convivência e o conhecimento mútuo entre os diferentes atores envolvidos propiciam a formação de alianças que, mesmo que sejam parciais ou momentâneas, criam a possibilidade de angariar apoio e recursos para as ações pactuadas no âmbito da CdP. Com isso, se reforça a importância de desvelar as práticas dos atores de modo a dar visibilidade aos processos relacionados ao aprendizado e à ampliação do conhecimento e das competências compartilhadas.

A experiência dos atores com a multiplicidade e a pluralidade das iniciativas agroecológicas em Sergipe abre o caminho para que sejam tecidas densas teias de relações que não foram ‘inventadas’ pela RESEA, ao contrário, é dos atores, que vislumbram a potencialidade sociopolítica do engajamento em um ‘empreendimento’ comum, que surge o potencial de abrir o caminho para a formação de uma comunidade com repertórios compartilhados. No entanto, o engajar-se na RESEA extrapola a ideia de que os atores o fazem apenas por compartilhar um repertório discursivo ou um ideário agroecológico, as práticas com a sistematização de experiências (caravana agroecológica), com as sementes crioulas (casa de sementes) e com as políticas públicas (tratativas com o poder legislativo) são fundamentais para fazer emergir entrelaçamentos que promovem aprendizados.

A trajetória da RESEA é derivada de múltiplas práticas sociais, ao mesmo tempo em que provoca o surgimento de outras tantas, evidenciando o quão fundamentais são as interrelações entre os diversos

atores desde suas diferentes inserções, papéis e conhecimentos. Tais práticas podem funcionar como ações desencadeadoras ou se constituírem como embriões para ações de maior alcance ou duração, apontando para diferentes cursos de ação de políticas e/ou da mobilização em favor da agroecologia

Fica, também, evidente que as aprendizagens que se desprendem da Rede dependem da articulação de diversos atores em um dado ambiente, desta forma, a maneira como os aprendizados são produzidos é diferente em cada experiência, bem como eles podem ser incorporados pelo grupo que o gerou ou compartilhados com outros grupos de muitas maneiras diferentes. Cabe, finalmente, apontar que não há como esperar que processos que levam a emergência de uma CdP sigam uma evolução progressiva ou linear, assim, em qualquer análise é preciso considerar os fatores presentes em cada situação específica, assim como as contingências e a imprevisibilidade que implicam as práticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 40-65, 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologias e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**, v.6, p.63-74, 2012.

CHARÃO-MARQUES, Flávia; SCHMITT, Claudia Job; OLIVEIRA, Daniela. Agências e Associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. **Revista de Ciências Sociais**, v.7, n.1, p.15-42, jan.-jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha et al. Aprendizagem como ato de participação: a história de uma comunidade de prática. **Cadernos EBAPE**, v.3, n.4, 2005.

LAVE, Jean; WENGER, Ethiene. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University, 1995.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, 2007.

LUZZI, Nilza. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Técnicas que fazem uso da palavra, do olhar e da empatia: pesquisa qualitativa em ação.** Portugal: Ludomedia, 2019.

MONTEIRO, Denis; LONDRES, Flávia. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R. et.al. (Orgs). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**, Brasília: IPEA. 2017, p.53-83.

SAMBUICHI, Regina Helena et al. **Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2017. (Textos para Discussão 2305).

SCHATZKI, Theodore. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change.** Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.

SCHOMMER, Paula Chies. **Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre Universidade e Sociedade.** 2005. Tese (Doutorado em Administração de Empresas). – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SERGIPE. LEI 7290, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. **Dispõe sobre os incentivos de à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares no estado de Sergipe.** Aracajú, Sergipe. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=166071#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20incentivos%20%C3%A0,Sergipe%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SERGIPE. LEI 8167, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016. **Institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no estado de Sergipe.** Aracajú, Sergipe, mar. 2016. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-8167-2016-se_333838.html. Acesso em: 28 out. 2020.

WENGER, Ethiene. **Communities of practice: a brief introduction.** 2006. Disponível em: <http://www.ewenger.com/theory/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

WENGER, Etienne. Communities of practice and social learning systems. **Organization**, v.7, n.2, 2000.
WENGER, Etienne. **Cultivating Communities of Practice: a guide to managing knowledge**, Harvard Business School Press, 2002.

WENGER, Etienne; SNYDER, W. M. Comunidades de prática: a fronteira organizacional. In: **Harvard Business Review** (Org.). Aprendizagem organizacional. Tradução Cássia Maria Nasser. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, 29. pp. 503-515, 2009.